

**RELATÓRIO DE
EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA**

3 | 2026

Sumário

1. Introdução	4
2. Critérios para o Planejamento e Execução Orçamentárias	4
3. Plano de Benefícios (PB)	5
3.1. Gestão Previdencial	5
3.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária Previdencial 2026	6
3.2.1. Contribuições	8
3.2.2. Resultado Líquido dos Investimentos	8
3.2.3. Benefícios	9
3.2.4. Institutos	10
3.2.5. Devoluções	11
4. Plano de Gestão Administrativa (PGA)	11
4.1. Gestão Administrativa	12
4.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária Administrativa 2026	13
4.2.1. Taxa de Carregamento	15
4.2.2. Receitas Diretas	16
4.2.3. Resultado Líquido dos Investimentos	17
4.2.4. Pessoal e Encargos	17
4.2.5. Treinamentos	18
4.2.6. Viagens e Estádias	18
4.2.7. Serviços de Terceiros	19
4.2.8. Despesas Gerais	20
4.2.9. Tributos	21
4.2.10. Depreciação e Amortização	22
4.2.11. Correção Empréstimo Patrocinador	22
4.3. Projeção da Evolução do Ativo do PGA em 2026	23
4.4. Projeção da Evolução do Fundo Administrativo em 2026	25
5. Indicadores de Gestão	27

1. Introdução

O presente relatório, elaborado pela Gerência de Administração e Finanças (Geafi), tem por finalidade apresentar as informações relativas à programação e à execução orçamentárias do Plano de Benefícios (PB) e do Plano de Gestão Administrativa (PGA) da Funpresp-Jud, em conformidade com a Resolução CNPC nº 62, de 9/12/2024.

Mediante textos, indicadores, gráficos e tabelas, o documento evidencia as despesas previdenciais e administrativas, acompanha os indicadores de gestão definidos para o período e registra as contratações de prestadores de serviços necessárias ao suporte das atividades de gestão da Funpresp-Jud.

Assim, busca-se oferecer uma visão clara e objetiva das receitas e das despesas da Entidade, com ênfase nos dados relativos ao Plano de Benefícios e ao custeio e à gestão administrativos. Ademais, o relatório pretende subsidiar a formulação de ações estratégicas para a Funpresp-Jud, ao disponibilizar informações relevantes à tomada de decisão.

Por fim, ressalta-se que este relatório foi produzido com o propósito de assegurar controle, transparência e eficiência na administração dos recursos, em conformidade com as exigências legais e regulatórias aplicáveis.

2. Critérios para o Planejamento e Execução Orçamentárias

A Funpresp-Jud adota critérios quantitativos e qualitativos para o planejamento do custeio administrativo e das despesas previdenciais e administrativas, com a finalidade de avaliar a relação entre a necessidade e a adequação dos gastos e os resultados alcançados, observadas as normas de governança da Entidade. Para a definição desses parâmetros, consideram-se, entre outros aspectos, o Planejamento Estratégico, o Caderno Orçamentário anual, os recursos garantidores do Plano de Benefícios e o quantitativo de participantes e assistidos.

Os critérios quantitativos dizem respeito à mensuração do custeio administrativo e das despesas previdenciais e administrativas, permitindo estimar o montante a ser consignado no orçamento anual da Entidade. Nessa perspectiva, os recursos são direcionados de forma seletiva às ações e aos projetos prioritários, buscando-se maior retorno mediante a ponderação entre custo e benefício, em consonância com o Planejamento Estratégico e com o Caderno Orçamentário.

Por sua vez, os critérios qualitativos correspondem a atributos que conferem utilidade às informações sobre despesas administrativas para seus destinatários. Assim, impõe-se observar características como compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade dos dados apresentados.

A alocação de recursos em projetos estruturantes concentra-se no alcance dos objetivos estratégicos da Entidade. A indicação de valores para determinado grupo de despesa deve constar, necessariamente, dos estudos que instruem o processo de aprovação orçamentária.

3. Plano de Benefícios (PB)

A Funpresp-Jud é responsável pela administração e pela gestão do Plano de Benefícios do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público (JusMP-Prev), assegurando segurança e transparência na aplicação dos recursos acumulados pelos participantes. A Entidade, ademais, acompanha a regulamentação vigente, realiza investimentos compatíveis com os objetivos do plano, com vistas a assegurar sua rentabilidade e sustentabilidade, e disponibiliza informações e serviços destinados a subsidiar os participantes na tomada de decisões relacionadas à previdência complementar.

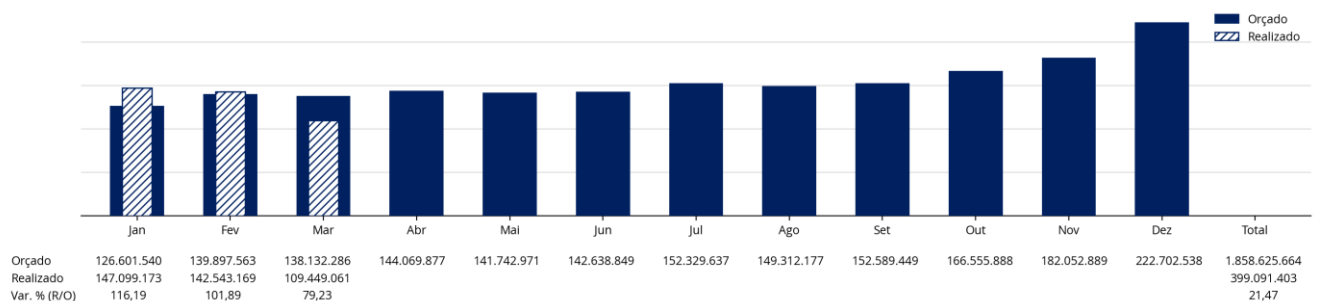
3.1. Gestão Previdencial

A administração do orçamento previdenciário compreende o planejamento e a execução dos fluxos financeiros essenciais vinculados aos planos de benefícios. Nesse escopo, incluem-se as contribuições normais, voluntárias e extraordinárias, bem como o pagamento de benefícios de aposentadoria, os procedimentos de resgate e de portabilidade do acúmulo previdenciário e as situações de autopatrocínio e de benefício proporcional diferido. Abrangem-se, ainda, os rendimentos das aplicações financeiras e, no âmbito do Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE), a verificação do equilíbrio técnico-atuarial.

Na gestão previdencial referente ao mês de **março de 2026**, as receitas realizadas totalizaram **R\$ 109.449.060,79**, ficando abaixo do valor de **R\$ 138.132.286,18**, orçado para o período em **20,77%**. A projeção para **dezembro de 2026** indica arrecadação em linha com o planejado, com receita anual projetada de **R\$ 1.833.178.401,25**.

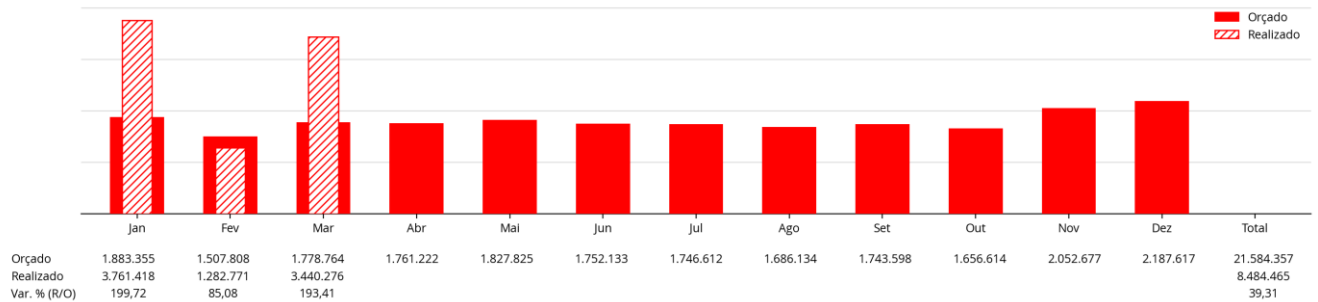
Quanto às deduções, o valor realizado em **março** foi de **R\$ 3.440.276,03**, superior em **93,41%** ao montante de **R\$ 1.778.763,82** orçado para o mês. A projeção para **dezembro de 2026** aponta execução das deduções igualmente superior ao planejado, com realização estimada **15,36%** acima do previsto e total anual projetado de **R\$ 24.898.895,66** para o Plano de Benefícios.

Gráfico 1: Receitas Previdenciais



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Gráfico 2: Deduções Previdenciais



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

3.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária Previdencial 2026

A comparação entre as receitas e as despesas previdenciais efetivamente realizadas e aquelas previstas no orçamento é elemento central do monitoramento orçamentário, por constituir instrumento gerencial indispensável. Esse procedimento permite aferir o grau de aderência das atividades da Entidade ao planejamento orçamentário previdencial.

No que se refere às despesas, as estimativas anuais são revisadas, e a execução é examinada sob a ótica contábil, considerando-se os pagamentos e os recebimentos efetivamente ocorridos no período de referência.

As receitas resultam da soma das contribuições de participantes e patrocinadores, que atualmente correspondem a aproximadamente 96,50% do total arrecadado, acrescida dos resultados dos investimentos do Plano de Benefícios. A análise da execução orçamentária revela-se essencial ao acompanhamento da saúde financeira do Plano de Benefícios, ao assegurar eficiência e conformidade na aplicação dos recursos, em consonância com o planejamento estabelecido.

O acompanhamento dos indicadores de desempenho orçamentário tem por objetivo alertar os gestores responsáveis pelas rubricas para a apresentação de justificativas quando se verificarem variações mensais relevantes na utilização dos recursos, em comparação com o **Grau de Dispersão dos Indicadores de Desempenho (GDD)** e com o **Percentual de Referência Orçamentária (PR)** previamente definido.

As categorias acompanhadas abrangem as principais fontes de receita do Plano de Benefícios, como as contribuições de participantes e patrocinadores e o resultado dos investimentos, bem como as rubricas de dedução, entre as quais se incluem o pagamento de benefícios, os institutos e as devoluções. Para o exercício de **2026**, fixou-se Percentual de Referência (PR) de 100% para o monitoramento dessas categorias no âmbito da execução orçamentária.

O GDD e o PR constituem parâmetros essenciais para rastrear o desempenho das categorias orçamentárias, identificar desvios e orientar a adoção de medidas corretivas,

quando cabíveis, a fim de assegurar a adequada utilização dos recursos e o alcance dos objetivos propostos.

Quadro 1: Indicadores de Desempenho de Rubrica Orçamentária (ID)

Rubrica	Categoria	GDD	PR	Gestor
ID _{CONT} - Contribuições	Obrigatória	10%	100%	Gearc Gerência de Arrecadação e Cadastro
ID _{INVP} - Investimentos Previdenciais	Obrigatória	10%	100%	Geinv Gerência de Investimentos
ID _{BEN} - Benefícios	Obrigatória	10%	100%	Geabe Gerência de Atuária e Benefícios
ID _{INS} - Institutos	Obrigatória	10%	100%	Geabe Gerência de Atuária e Benefícios
ID _{DEV} - Devoluções	Discrecionalária	10%	100%	Geabe Gerência de Atuária e Benefícios

Fonte e Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Um resumo do desempenho orçamentário previdencial até **março** está consolidado na Tabela 1, apresentada a seguir. A tabela detalha a execução das receitas e despesas previdenciais em relação ao orçamento planejado, permitindo uma análise comparativa entre os valores estimados e os efetivamente realizados ao longo do exercício. Esse levantamento possibilita a avaliação do equilíbrio financeiro do plano, identificando eventuais variações na arrecadação das contribuições, nos rendimentos dos investimentos e nas obrigações previdenciárias assumidas no período.

Tabela 1: Execução Orçamentária Previdencial 2026

Rubricas	Orçado		Realizado			
	Ano - R\$ (M)	No Mês - R\$ (N)	No Mês - R\$ (O)	No Mês - % (O/N)	Ano - R\$ (P)	Ano - % (P/M)
Receitas (A)	1.858.625.664	138.132.286	109.449.061	79,23	399.091.403	21,47
Contribuições	1.109.723.188	80.687.345	74.656.552	92,53	217.815.083	19,63
Resultado Líquido dos Investimentos	748.902.476	57.444.941	34.792.509	60,57	181.276.320	24,21
Reduções (D=E+J+K)	21.584.357	1.778.764	3.440.276	193,41	8.484.465	39,31
Institutos (E=F+G)	18.544.667	1.534.074	3.253.257	212,07	7.893.328	42,56
Resgates (F)	6.109.296	509.108	1.245.637	244,67	4.012.732	65,68
Portabilidade Líquida (G=H-I)	12.435.371	1.024.966	2.007.620	195,87	3.880.595	31,21
Portabilidade de Saída (H)	16.893.516	1.407.793	2.595.010	184,33	5.984.454	35,42
Portabilidade de Entrada (I)	4.458.145	382.827	587.390	153,43	2.103.858	47,19
Devoluções (J)	1.039.536	86.628	54.241	62,61	87.390	8,41
Benefícios (K)	2.000.154	158.062	132.778	84,00	503.747	25,19
Saldo Previdencial (L=C-D)	1.837.041.307	136.353.522	106.008.785	77,75	390.606.938	21,26

Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

As receitas do mês totalizaram **R\$ 109.449.060,79**, ficando abaixo do orçado em **20,77%** do valor de **R\$ 138.132.286,18**. As despesas totalizaram **R\$ 3.440.276,03**, superando o orçado em **93,41%** do valor de **R\$ 1.778.763,82**.

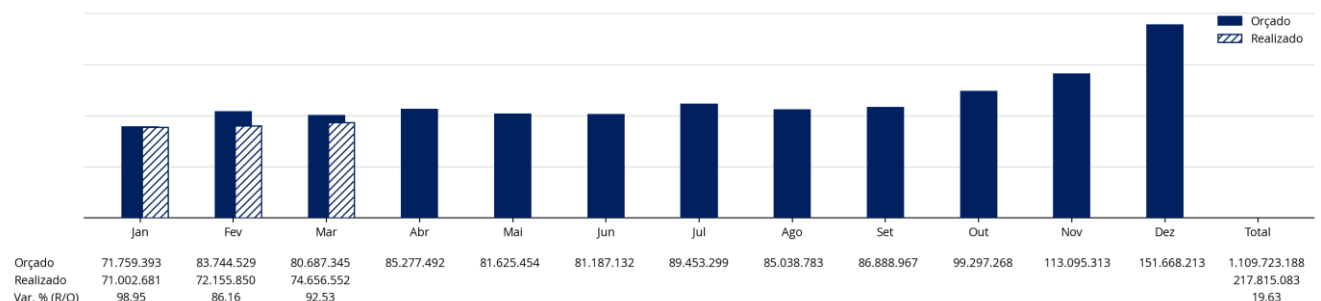
3.2.1. Contribuições

As contribuições de participantes e patrocinadores constituem a principal fonte de receita do Plano de Benefícios. Tais contribuições são apuradas com base em percentual incidente sobre a parcela da remuneração dos participantes que excede o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

A base contributiva em **março de 2026** contou com **38.191 participantes**, superando o previsto no orçamento, que era de **38.026 participantes**, em **165 participantes (0,43%)**. Em relação a **fevereiro de 2026**, houve ingresso líquido de **136 participantes (0,36%)**. Comparado a **março de 2025**, observa-se um crescimento de **2.350 participantes (6,56%)**. A projeção para **dezembro de 2026** aponta para **39.303 participantes**, acima dos 38.397 previstos no orçamento.

No mês, o realizado ficou **7,47%** abaixo do orçado, evidenciando menor arrecadação. A projeção para **dezembro de 2026** indica execução inferior ao planejado, com realização estimada **7,78%** abaixo do previsto e receita anual projetada de **R\$ 1.023.384.354,84**.

Gráfico 3: Contribuições



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

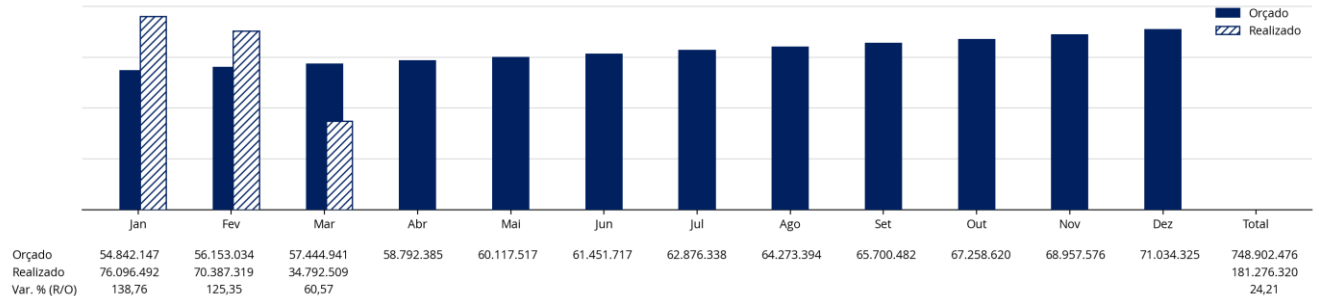
3.2.2. Resultado Líquido dos Investimentos

O resultado líquido dos investimentos do Plano de Benefícios é apurado mensalmente a partir do desempenho da carteira consolidada de ativos. Encerrado o período, a taxa de administração é deduzida da rentabilidade bruta auferida, obtendo-se o resultado líquido efetivamente incorporado ao patrimônio dos participantes, por meio da valorização das cotas.

No mês, o realizado ficou **39,43%** abaixo do orçado, refletindo resultado de investimentos inferior ao previsto, em razão de rentabilidade das aplicações financeiras abaixo do esperado. A projeção para **dezembro de 2026**, por sua vez, indica execução

superior ao planejado, com realização estimada **1,71%** acima do previsto e receita anual projetada de **R\$ 805.973.561,78**.

Gráfico 4: Resultado Líquido dos Investimentos do Plano de Benefícios



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

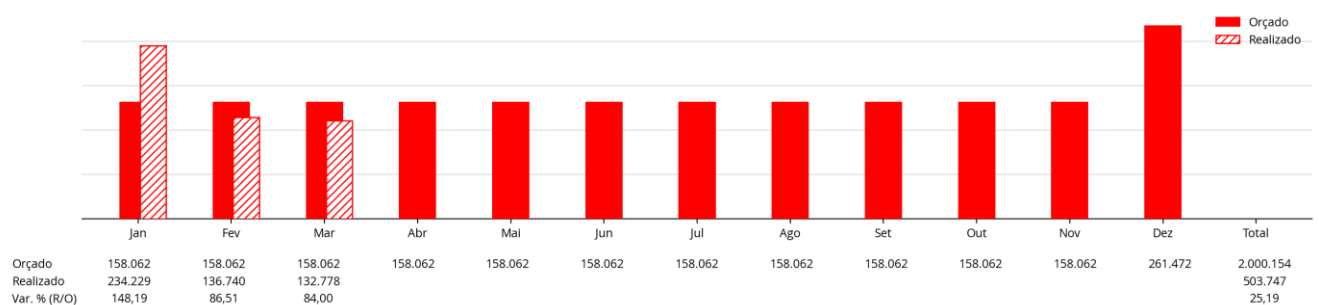
Explicações das áreas gestoras: O desempenho observado foi impactado, principalmente, por fatores conjunturais no cenário internacional. Destaca-se, nesse contexto, a intensificação dos conflitos no Oriente Médio, que contribuiu para o aumento da aversão a risco nos mercados globais. Tal movimento afetou negativamente, em especial, os ativos de renda fixa de maior *duration*, por meio da reprecificação das curvas de juros, bem como os investimentos no exterior. Esses efeitos conjunturais resultaram em desempenho inferior ao esperado no período, sem, contudo, comprometer a aderência da carteira às diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos no horizonte de longo prazo.

3.2.3. Benefícios

O pagamento de benefícios constitui etapa essencial na gestão de um Plano de Benefícios previdenciário. Trata-se do desembolso periódico de valores a participantes ou beneficiários elegíveis, em conformidade com as regras e as condições previstas no Regulamento do Plano.

No mês, o realizado ficou **16,00%** abaixo do orçado, evidenciando subexecução pontual. A projeção para **dezembro de 2026** indica execução em linha com o planejado, com realização estimada de **R\$ 2.029.715,15**.

Gráfico 5: Benefícios



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

🔍 **Explicações das áreas gestoras:** O volume de benefícios concedidos em relação ao orçamento ficou 16,00% abaixo do previsto, totalizando R\$ 132.778, enquanto o orçado foi de R\$ 158.062. Esse desvio deve-se à menor ocorrência de eventos esperados, como aposentadorias normais e heranças, resultando em 74 concessões de benefícios e pagamentos líquidos de R\$ 106.276,59 no mês.

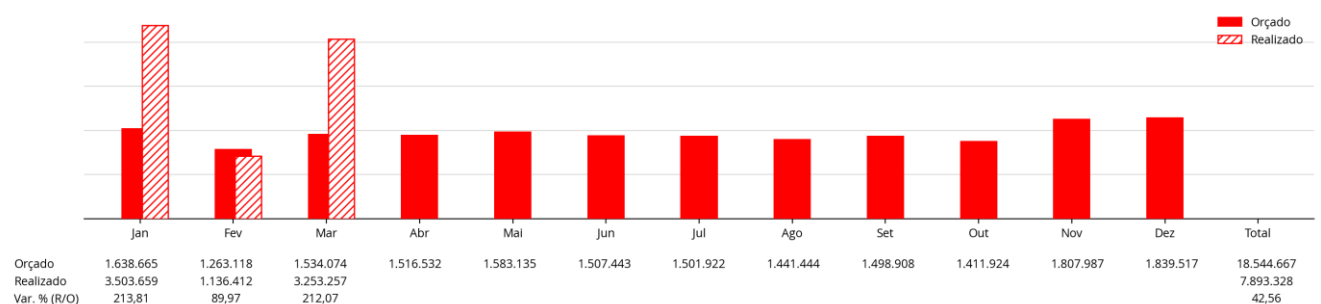
3.2.4. Institutos

No âmbito da previdência complementar fechada, há quatro institutos de que os participantes podem se valer: Benefício Proporcional Diferido (BPD), autopatrocínio, portabilidade (de entrada e de saída) e resgate (integral ou parcial). Dentre esses institutos, monitoram-se aqueles que implicam retirada de recursos da Funpresp-Jud, a saber:

- I. Portabilidade: faculta ao participante transferir as reservas acumuladas para outra entidade, aberta ou fechada, preservando a continuidade da relação previdenciária.
- II. Resgate: permite ao participante resgatar, de forma integral ou parcial, as reservas acumuladas, conforme as regras previstas no Plano de Benefícios (PB). Em geral, o resgate ocorre em situações específicas, como desligamento do patrocinador, aposentadoria ou outras hipóteses contempladas no Regulamento do Plano.

No mês, o realizado ficou **112,07%** acima do orçado, evidenciando superação pontual. A projeção para **dezembro de 2026** indica execução superior ao planejado, com realização estimada **18,64%** acima do previsto e despesa anual projetada de **R\$ 22.002.138,75**.

Gráfico 6: Institutos



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

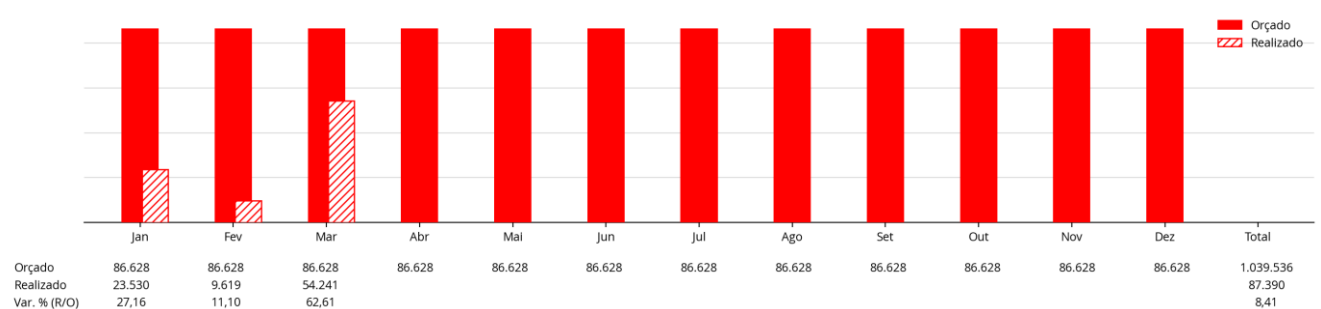
🔍 **Explicações das áreas gestoras:** O incremento se deve a uma demanda atípica por resgates e portabilidades, com 18 processos de resgate, somando R\$ 1.245.636,80, e 31 processos de portabilidade, totalizando R\$ 2.595.009,74.

3.2.5. Devoluções

A rubrica de Devoluções abrange as hipóteses de restituição de valores, incluindo cancelamentos do Plano de Benefícios no prazo de 90 (noventa) dias contados da adesão automática, restituições decorrentes de reenquadramento previdenciário e devoluções relativas a contribuições indevidas.

No mês, o realizado ficou **37,39%** abaixo do orçado, evidenciando subexecução pontual. A projeção para **dezembro de 2026** indica execução inferior ao planejado, com realização estimada **16,59%** abaixo do previsto e despesa anual projetada de **R\$ 867.041,76**.

Gráfico 7: Devoluções



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

🔍 Explicações das áreas gestoras: O desvio se deve à menor ocorrência de devoluções processadas no período, quando comparadas ao planejamento orçamentário.

4. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O Plano de Gestão Administrativa integra a estrutura de governança e gestão da Funpresp-Jud. Tem por finalidade orientar e direcionar as ações administrativas da Entidade, com vistas a promover eficiência, eficácia e qualidade na administração de recursos e na condução de processos internos.

O PGA compreende um conjunto de diretrizes, metas, projetos e ações voltados à otimização da estrutura administrativa da Funpresp-Jud, abrangendo, entre outras, as áreas de auditoria e controle internos, gestão de pessoas, tecnologia da informação, contabilidade, comunicação e finanças. No seu âmbito, são definidos planos de ação estratégicos, nos quais se detalham atividades, responsabilidades e prazos para a consecução dos objetivos e das metas estabelecidos. Tais planos são revisados periodicamente, de modo a permitir a adequação às demandas e aos contextos específicos.

Por meio do PGA, a Funpresp-Jud busca aprimorar processos internos, estimular a inovação, assegurar conformidade com normas e regulamentações vigentes e elevar a qualidade dos serviços prestados aos participantes. Em síntese, o PGA constitui instrumento de apoio à excelência administrativa, ao fortalecer a eficiência e a eficácia da

gestão de recursos e processos, com foco no atendimento aos participantes e no alcance dos objetivos institucionais.

4.1. Gestão Administrativa

De acordo com o art. 2º da Resolução CNPC/MPS nº 62, de 9/12/2024, as despesas administrativas da Funpresp-Jud referem-se aos gastos relacionados à gestão do seu Plano de Benefícios. O art. 3º do mesmo normativo estabelece as fontes de custeio que podem ser utilizadas para cobrir tais despesas, as quais são:

I - Receitas da gestão administrativa:

- 1.a) Taxa de administração;
- 1.b) Taxa de carregamento;
- 1.c) Aporte ou reembolso de despesas administrativas pelos patrocinadores e instituidores;
- 1.d) Encargos pelo repasse em atraso de valores referentes à gestão administrativa;
- 1.e) Doações;
- 1.f) Dotações iniciais;
- 1.g) Receitas diretas da gestão administrativa; e
- 1.h) Outras receitas administrativas previstas na planificação contábil padrão aplicada às entidades.

II - Resultado do investimento dos recursos vinculados ao Plano de Gestão Administrativa;

III - Utilização do saldo acumulado pelos fundos administrativos.

Em conformidade com o Caderno Orçamentário de **2026**, as principais fontes de cobertura das despesas administrativas da Funpresp-Jud ao longo do exercício serão:

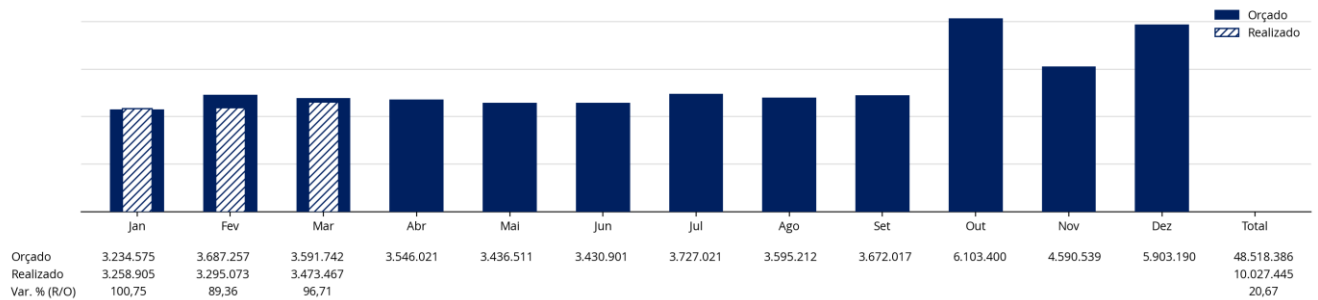
1. 1.b- Taxa de carregamento, fixada em 3,50% (até 31/3/2026) e 3,25% (a partir de 1º/4/2026) das contribuições efetuadas;
2. 1.g - Receitas diretas da gestão administrativa; e
3. II - Resultado do investimento dos recursos vinculados ao PGA.

A fonte III (fundo administrativo), cuja utilização é permitida nos casos previstos no inciso III do art. 7º da Resolução CNPC/MPS nº 62, não foi acionada até o mês de **março**.

Na gestão administrativa referente ao mês de **março de 2026**, as receitas realizadas totalizaram **R\$ 3.473.467,25**, ficando abaixo do valor orçado para o período, de **R\$ 3.591.742,47**, em **3,29%**. A projeção para **dezembro de 2026** indica receitas abaixo do planejado, com realização estimada **1,00%** abaixo do previsto e receita anual projetada de **R\$ 48.032.256,76**.

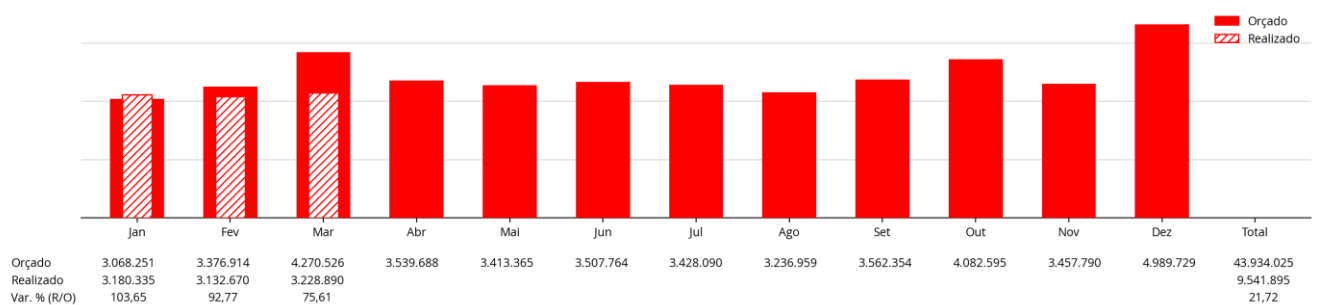
Quanto às despesas, o valor realizado em **março** foi de **R\$ 3.228.890,29**, inferior ao montante orçado para o mês, de **R\$ 4.270.525,51**, em **24,39%**. A projeção para **dezembro de 2026** aponta execução das despesas abaixo do planejado, com realização estimada **2,67%** abaixo do previsto e total anual projetado de **R\$ 42.760.229,99**.

Gráfico 8: Receitas Administrativas



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Gráfico 9: Despesas Administrativas



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária Administrativa 2026

O acompanhamento da execução orçamentária administrativa consiste na comparação entre as despesas previstas no orçamento e as despesas efetivamente incorridas no período. Dessa forma, a Entidade deve aplicar os recursos autorizados por meio de créditos orçamentários na realização das despesas e monitorar sua execução, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas no âmbito da operação administrativa e a implementação dos investimentos previstos em novos projetos.

A gestão orçamentária administrativa estrutura-se em dois blocos de indicadores: **(i) Bloco de Indicadores de Desempenho de Rubrica Orçamentária (Bloco ID)** e **(ii) Bloco de Indicadores de Gestão Orçamentária (Bloco IG)**.

O monitoramento dos Indicadores de Desempenho de Rubrica Orçamentária tem por finalidade demandar justificativas dos gestores responsáveis pelas rubricas quando o percentual mensal de utilização dos recursos orçados se situar acima ou abaixo do Grau

de Dispersão dos Indicadores de Desempenho (GDD), em comparação com o Percentual de Referência Orçamentária (PR) estabelecido.

Para as rubricas Taxa de Carregamento, Receitas Diretas, Resultado Líquido dos Investimentos, Pessoal e Encargos, Tributos, Depreciação e Amortização e Correção Empréstimo Patrocinador, classificadas como de execução obrigatória, espera-se a realização integral dos valores orçados. Por essa razão, fixa-se PR de 100,00% para cada uma delas.

Para as rubricas Treinamentos, Congressos e Seminários, Viagens e Estadias, Serviços de Terceiros e Despesas Gerais, classificadas como despesas discricionárias, adota-se percentual inferior, com o propósito de estimular negociações mais vantajosas para a Fundação na contratação de produtos e serviços. Para esse conjunto, aplica-se PR de 90,00%.

O GDD expressa o percentual de afastamento do ID apurado, para mais ou para menos, em relação ao PR. Assim, os percentuais de GDD e PR serão acompanhados ao longo de 2026, sob a responsabilidade das áreas a seguir designadas:

Quadro 2: Indicadores de Desempenho de Rubrica Orçamentária (ID) e seus Gestores

Rubrica	Categoria	GDD	PR	Gestor
ID _{TC} - Taxa de Carregamento	Obrigatória	10%	100%	Gearc Gerência de Arrecadação e Cadastro
ID _{RD} - Receitas Diretas	Obrigatória	10%	100%	Gearc Gerência de Arrecadação e Cadastro
ID _{INV} - Resultado Líquido dos Investimentos	Obrigatória	10%	100%	Geinv Gerência de Investimentos
ID _{PE} - Pessoal e Encargos	Obrigatória	10%	100%	Gepes Gerência de Gestão de Pessoas
ID _{TCS} - Treinamentos/Congressos/ Seminários	Discricionária	10%	90%	Gepes Gerência de Gestão de Pessoas
ID _{VE} - Viagens e Estadias	Discricionária	10%	90%	Geafi Gerência de Administração e Finanças
ID _{ST} - Serviços de Terceiros	Discricionária	10%	90%	Geafi Gerência de Administração e Finanças
ID _{DG} - Despesas Gerais	Discricionária	10%	90%	Geafi Gerência de Administração e Finanças
ID _{TRIB} - Tributos	Obrigatória	10%	100%	Geafi Gerência Administração e Finanças
ID _{DA} - Depreciação e Amortização	Obrigatória	10%	100%	Geafi Gerência Administração e Finanças
ID _{EMP} - Correção Empréstimo Patrocinador	Obrigatória	10%	100%	Geafi Gerência Administração e Finanças

Fonte: Nota Técnica Geafi/Dirad - Documento Funpresp-Jud Sei nº 0053085.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

A tabela a seguir apresenta os créditos orçamentários reservados para o mês de **março** e o acumulado no exercício de **2026**, acompanhados dos respectivos valores realizados. Na sequência, são destacadas as rubricas com desvios relevantes entre o

orçado e o realizado, com a devida análise das principais causas das variações observadas no período.

Tabela 2: Execução Orçamentária Administrativa 2026

	Orçado		Realizado			
	Ano (D)	Mês (E)	Mês - R\$ (F)	Mês - % (F/E)	Ano - R\$ (G)	Ano -% (G/D)
Receitas (A)	48.518.386	3.591.742	3.473.467	96,71	10.027.445	20,67
Taxa de Carregamento	37.909.968	2.926.484	2.638.848	90,17	7.722.375	20,37
Receitas Diretas	4.765.205	188.729	186.857	99,01	547.183	11,48
Resultado Líquido dos Investimentos	5.843.213	476.530	647.762	135,93	1.757.888	30,08
Despesas (B)	43.934.025	4.270.526	3.228.890	75,61	9.541.895	21,72
Pessoal e Encargos	26.163.337	2.215.017	2.195.882	99,14	6.584.154	25,17
<i>Folha de Pagamentos</i>	20.938.845	1.779.215	1.808.380	101,64	5.460.967	26,08
<i>Estagiários</i>	360.086	30.007	26.135	87,10	75.241	20,90
<i>Benefícios</i>	4.864.406	405.795	361.367	89,05	1.047.946	21,54
Treinamentos	276.100	67.911	5.728	8,43	15.583	5,64
Viagens e Estádias	633.959	103.242	55.962	54,20	68.521	10,81
Serviços de Terceiros	6.963.195	720.032	440.613	61,19	1.299.698	18,67
Despesas Gerais	6.028.768	925.914	183.752	19,85	483.458	8,02
Tributos	3.006.105	167.016	161.516	96,71	666.276	22,16
Depreciação e Amortização	273.644	22.833	27.962	122,46	83.886	30,66
Correção Empréstimo Patrocinador	588.917	48.561	157.475	324,28	340.319	57,79
Resultado (C=A-B)	4.584.361	(678.783)	244.577	(36,03)	485.550	10,59

Fonte: Módulo financeiro da TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

No mês, as receitas administrativas totalizaram **R\$ 3.473.467,25**, ficando **R\$ 118.275,22** abaixo do valor orçado de **R\$ 3.591.742,47**, o que corresponde a variação negativa de **3,29%**. As despesas administrativas, por sua vez, somaram **R\$ 3.228.890,29**, também abaixo do orçado de **R\$ 4.270.525,51** em **R\$ 1.041.635,22**, equivalente a **24,39%**.

Para **dezembro de 2026**, a projeção do IG_{DR} - Despesa Administrativa sobre Receita Administrativa é de **95,30%**, acima da meta orçada de **94,54%**, com desvio desfavorável de **0,76** pontos percentuais. Já o IG_{DORC} - Despesa Administrativa Realizada sobre Despesa Administrativa Orçada apresenta projeção de **100,40%**, superior à meta de **95,00%**, com execução acima do orçado em **5,40** pontos percentuais. A análise conjunta indica que, apesar da redução nas despesas em relação ao orçamento mensal, as despesas administrativas projetadas para o ano permanecem acima das metas estabelecidas.

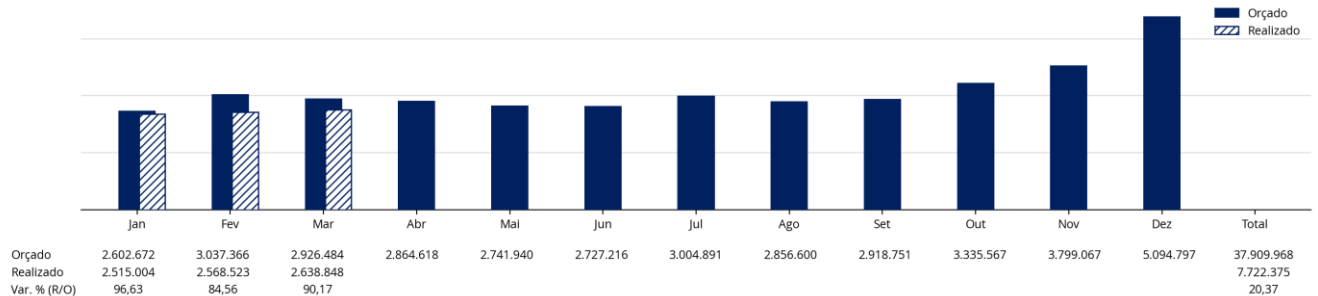
4.2.1. Taxa de Carregamento

A Taxa de Carregamento corresponde a um percentual incidente sobre as movimentações realizadas nos planos de previdência complementar e constitui a principal fonte de receitas administrativas da Funpresp-Jud.

No mês, o realizado ficou **9,83%** abaixo do orçado, evidenciando menor arrecadação. A projeção para **dezembro de 2026** indica execução inferior ao planejado,

com realização estimada **9,85%** abaixo do previsto e receita anual projetada de **R\$ 34.174.312,67**.

Gráfico 10: Taxa de Carregamento



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

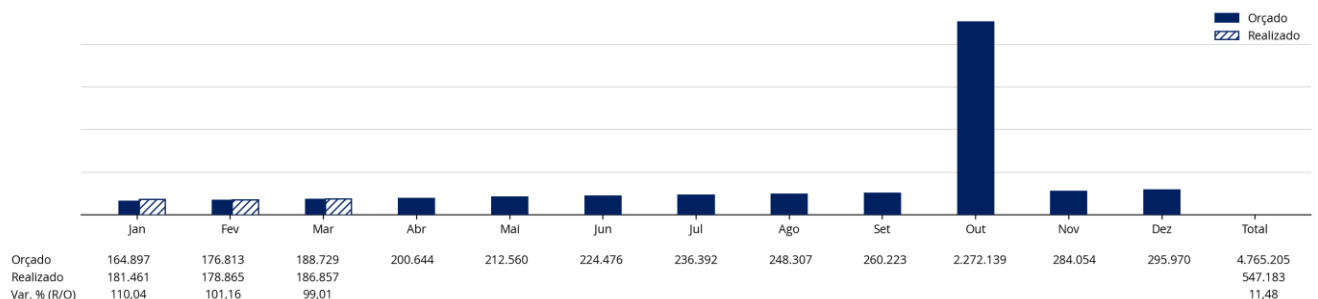
4.2.2. Receitas Diretas

Entendem-se por receitas diretas aquelas percebidas diretamente pela Entidade, sem vinculação às fontes ordinárias de custeio, tais como a taxa de carregamento incidente sobre contribuições previdenciárias ou os resultados das aplicações financeiras.

No contexto da Funpresp-Jud, a principal receita direta da gestão administrativa, conforme o item 1.g do art. 3º da Resolução CNPC nº 62, de 9/12/2024, decorre de valores provenientes de seguradora, na forma do inciso I do art. 4º do mesmo ato normativo. Tais ingressos concorrem para a sustentabilidade financeira da gestão administrativa e para a manutenção do equilíbrio entre as receitas e as despesas operacionais.

No mês, o realizado ficou **0,99%** abaixo do orçado, evidenciando subexecução pontual. A projeção para **dezembro de 2026** indica execução superior ao planejado, com realização estimada **3,16%** acima do previsto e receita anual projetada de **R\$ 4.915.620,43**.

Gráfico 11: Receitas Diretas



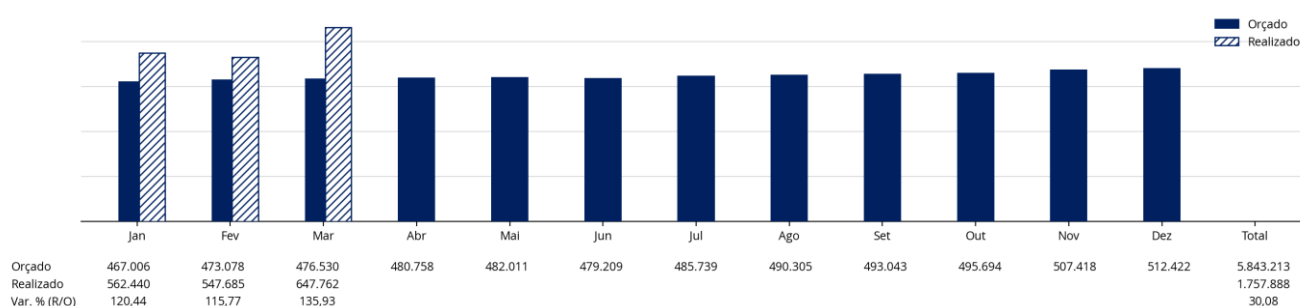
Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2.3. Resultado Líquido dos Investimentos

O resultado líquido de investimentos do PGA é determinado pela diferença entre as receitas auferidas e as despesas incorridas nas aplicações financeiras. Esse saldo evidencia o ganho ou a perda líquida do PGA decorrente de sua atividade de investimento.

No mês, o realizado ficou **35,93%** acima do orçamento, refletindo resultado de investimentos superior ao previsto, em razão de rentabilidade das aplicações financeiras acima do esperado. A projeção para **dezembro de 2026**, por sua vez, indica execução superior ao planejado, com realização estimada **5,84%** acima do previsto e receita anual projetada de **R\$ 7.250.889,49**.

Gráfico 12: Resultado Líquido dos Investimentos do PGA



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

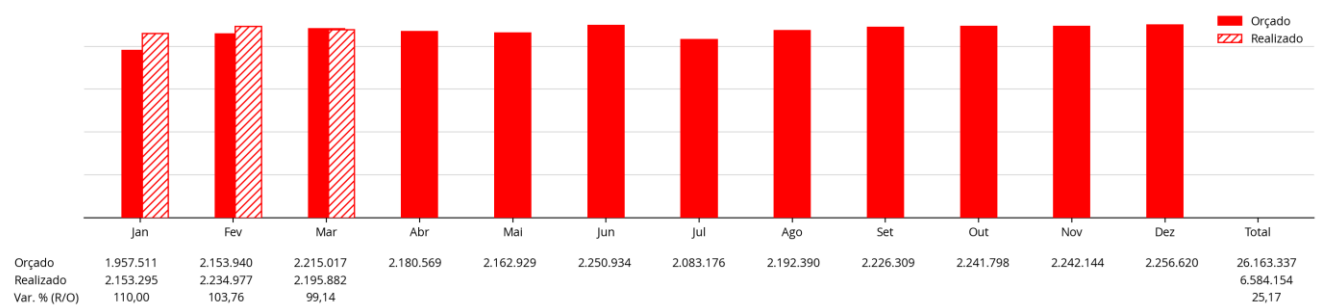
4.2.4. Pessoal e Encargos

As despesas com pessoal e encargos abrangem os pagamentos efetuados no mês relativos à folha de pagamento dos empregados, próprios e cedidos, de conselheiros e de membros de comitês, bem como as despesas incorridas com a concessão de benefícios, como auxílios saúde, alimentação e creche, além daquelas referentes a estagiários.

No mês, o realizado ficou **0,86%** abaixo do orçamento, evidenciando subexecução pontual. Para **dezembro de 2026**, a projeção indica execução em linha com o planejado, com realização estimada **0,98%** acima do previsto e despesa anual projetada em **R\$ 26.421.022,83**.

Para **dezembro de 2026**, projeta-se que o IG_{PER} - Despesas com Pessoal sobre Receita Administrativa será de **57,10%**, acima da meta orçada de **56,45%**, indicando um desvio de **0,65** pontos percentuais. O IG_{PED} - Despesas com Pessoal sobre Despesa Administrativa projeta-se em **59,91%**, também acima da meta orçada de **59,37%**, com desvio de **0,54** pontos percentuais, apontando para um equilíbrio relativo, porém com despesas de pessoal ligeiramente superiores ao planejado.

Gráfico 13: Pessoal e Encargos

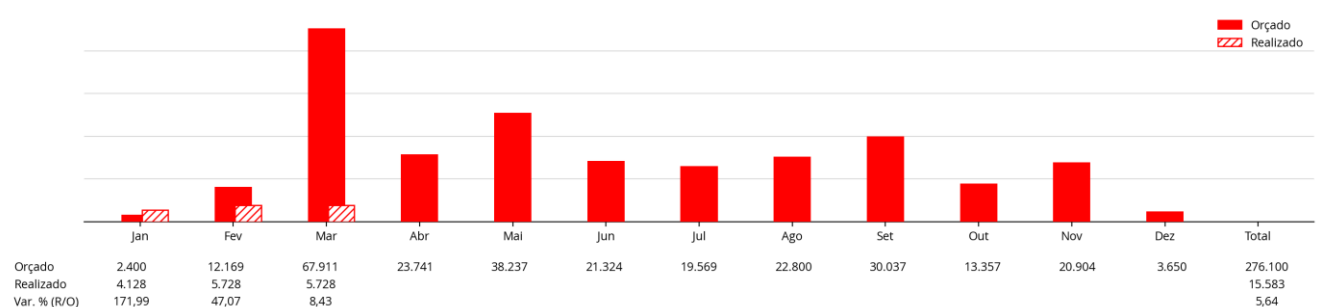


Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2.5. Treinamentos

No mês, o realizado ficou **91,57%** abaixo do orçado, evidenciando subexecução pontual. A projeção para **dezembro de 2026** indica execução inferior ao planejado, com realização estimada **24,23%** abaixo do previsto e despesa anual projetada de **R\$ 209.202,57**.

Gráfico 14: Treinamentos/Congressos/Seminários



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

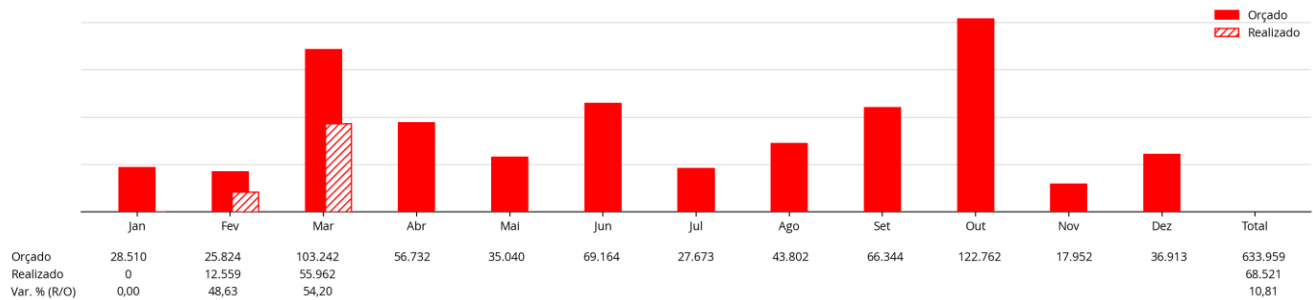
🚩 Explicações das áreas gestoras: Os recursos originalmente previstos para a capacitação de diversas gerências, no montante total de R\$ 17.510,99, foram remanejados para custear a contratação da plataforma Udemy. O valor de R\$ 4.400,00, destinado à participação do Comitê de Investimentos no Seminário de Investimentos, não foi executado, uma vez que não houve solicitação de inscrição. Por fim, os recursos destinados às inscrições para o 47º Congresso Brasileiro de Previdência Privada dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, no valor total de R\$ 45.000,00, tiveram sua execução postergada para maio.

4.2.6. Viagens e Estadias

A rubrica Viagens e Estadias engloba todas as despesas referentes aos deslocamentos para fins de presença institucional realizadas pelos empregados, dirigentes, conselheiros e convidados da Entidade.

No mês, o realizado ficou **45,80%** abaixo do orçamento, evidenciando subexecução pontual. A projeção para **dezembro de 2026** indica execução inferior ao planejado, com realização estimada **14,05%** abaixo do previsto e despesa anual projetada de **R\$ 544.902,92**.

Gráfico 15: Viagens e Estadias



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

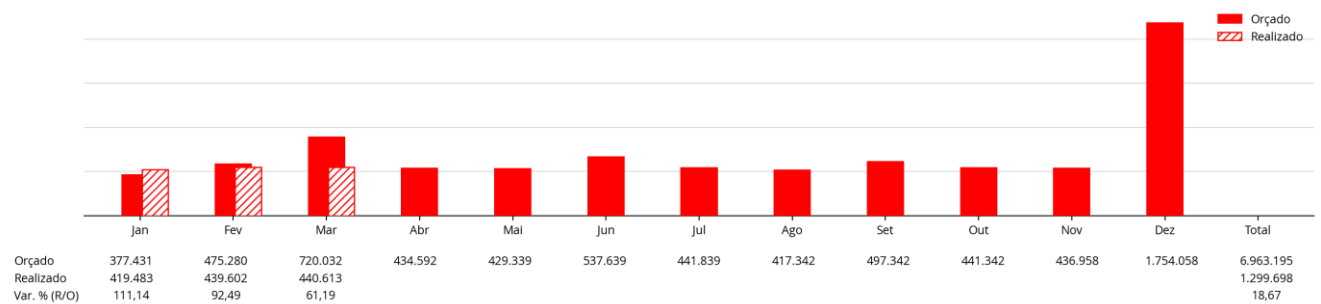
Explicações das áreas gestoras: Embora os Encontros Regionais estivessem previstos para maio, os valores foram orçados em março de 2026, no total de R\$ 62.631,84 (R\$ 40.791,84 para diárias e R\$ 21.840,00 para passagens), a fim de viabilizar a emissão antecipada e obter melhor custo-benefício. As tratativas tiveram início em fevereiro, mas as confirmações dos órgãos ocorreram apenas em abril, o que impactou o cronograma. Em abril, foram executados R\$ 6.297,56 com passagens para equipes de diversas gerências, sem execução de diárias no período. Os pagamentos de diárias e deslocamentos serão realizados ao longo de maio de 2026.

4.2.7. Serviços de Terceiros

Representam as despesas decorrentes de contratações com terceiros para a prestação de serviços nas áreas de consultoria, assessoria, auditoria e correlatas, tais como serviços atuariais, contábeis, jurídicos, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de gestão e planejamento estratégico, auditoria contábil, auditoria atuarial e de benefícios, consultorias e serviços de investimentos, bem como serviços de conservação e manutenção, entre outros.

No mês, o realizado ficou **38,81%** abaixo do orçamento, evidenciando subexecução pontual. A projeção para **dezembro de 2026** indica execução inferior ao planejado, com realização estimada **3,92%** abaixo do previsto e despesa anual projetada de **R\$ 6.690.151,36**.

Gráfico 16: Serviços de Terceiros



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

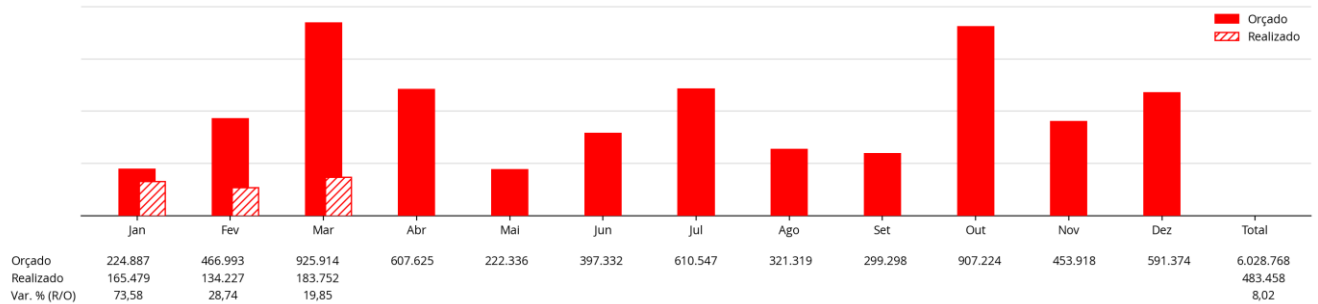
🔍 Explicações das áreas gestoras: Previa-se a aquisição de mobiliário, no valor total de R\$ 300.000,00, para a ampliação da sede atualmente utilizada pela Entidade; contudo, em razão do atraso no cronograma de execução das obras de reforma, a despesa foi postergada para julho de 2026.

4.2.8. Despesas Gerais

Abrangem as demais despesas de consumo dos centros de custos ou das atividades da Funpresp-Jud, excetuadas aquelas já classificadas em Serviços de Terceiros, tais como energia elétrica, telecomunicações e comunicações, consumo de água e esgoto, aluguéis e taxa de condomínio de imóvel de uso próprio, publicidade e propaganda, brindes, anúncios e publicações, material de informática e de escritório, entre outras.

Houve disponibilização orçamentária para novas contratações no mês para a Gerência de Comunicação e Marketing, no valor total de **R\$ 70.305,00**, contemplando itens como Brindes, visando apoiar ações de relacionamento institucional e campanhas de divulgação da marca Funpresp-Jud, e impressão de material gráfico, com o objetivo de garantir produção de materiais institucionais para comunicação com participantes e ações corporativas. Para a Gerência de Tecnologia e Informação, foram autorizados recursos para aquisição de Nobreaks, com o objetivo de proteger sistemas e equipamentos críticos contra falhas elétricas que comprometam dados e operações, além de disponibilização para a Gerência de Administração e Finanças e para a Gerência Comercial e de Relacionamento, contemplando itens diversos.

No mês, o realizado ficou **80,15%** abaixo do orçado, evidenciando subexecução pontual. A projeção para **dezembro de 2026** indica execução inferior ao planejado, com realização estimada **18,82%** abaixo do previsto e despesa anual projetada de **R\$ 4.894.432,39**.

Gráfico 17: Despesas Gerais


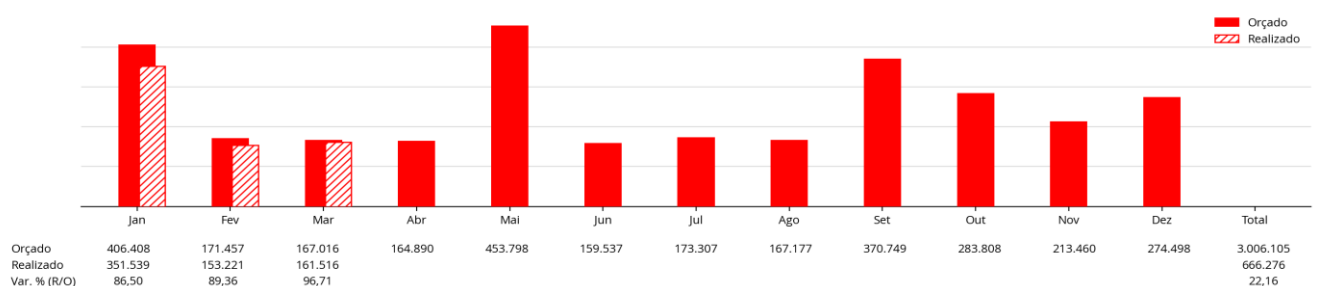
Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Explicações das áreas gestoras: A despesa de R\$ 634.720,86, referente às obras de ampliação da sede, foi adiada para maio por atraso na execução. Os serviços gráficos (R\$ 17.000,00) foram postergados e serão realizados conforme a demanda. A iniciativa de automação da Folha de Pagamento e processos acessórios (R\$ 15.000,00) foi prorrogada por integrar o projeto piloto de modernização dos processos da Entidade. As ações de relacionamento com jornalistas e de comunicação interna (R\$ 6.805,00) foram interrompidas, com reprogramação dos valores para despesas futuras dos Encontros Regionais.

4.2.9. Tributos

A rubrica orçamentária Tributos registra as despesas com o recolhimento de impostos, taxas e contribuições compulsórias, com ou sem contraprestação estatal, excetuados os tributos relacionados a pessoal e encargos, abrangendo obrigações decorrentes do exercício do órgão regulador ou da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis prestados à EFPC ou postos à sua disposição, tais como tributos sobre a renda, sobre bens e serviços, de natureza alfandegária e sobre propriedades, entre outros, com destaque para PIS, Cofins, Tatic e IPTU.

No mês, o realizado ficou **3,29%** abaixo do orçado, evidenciando subexecução pontual. A projeção para **dezembro de 2026** indica execução inferior ao planejado, com realização estimada **2,61%** abaixo do previsto e despesa anual projetada de **R\$ 2.927.499,92**.

Gráfico 18: Tributos


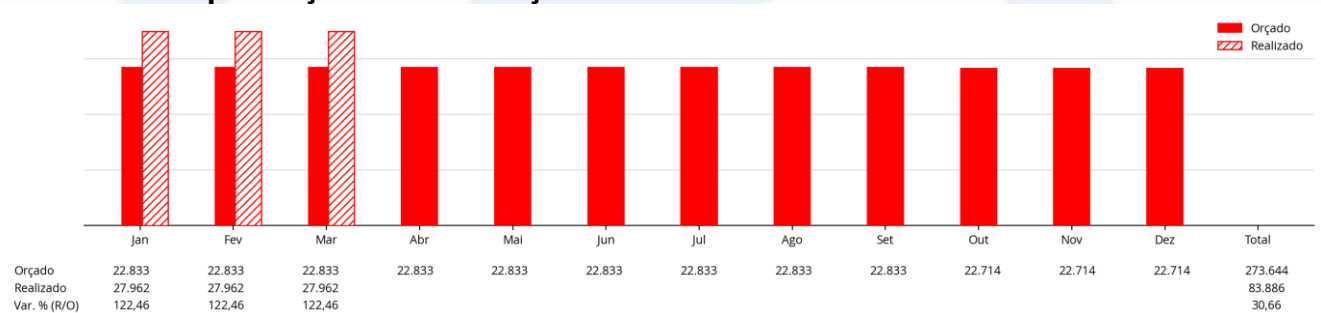
Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2.10. Depreciação e Amortização

As despesas com depreciação e amortização decorrem da alocação sistemática do valor de um ativo com vida útil econômica limitada, ao longo de sua vida útil. A depreciação aplica-se a elementos patrimoniais tangíveis e decorre, entre outros fatores, do desgaste pelo uso, da ação da natureza e da obsolescência, iniciando-se a partir do momento em que o item do ativo se torna disponível para uso. A amortização, por sua vez, incide sobre direitos de propriedade e bens intangíveis.

No mês, o realizado ficou **22,46%** acima do orçado, evidenciando superação pontual. A projeção para **dezembro de 2026** indica execução superior ao planejado, com realização estimada **5,62%** acima do previsto e despesa anual projetada de **R\$ 289.030,01**.

Gráfico 19: Depreciação e Amortização



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Explicações das áreas gestoras: A variação a maior na despesa de depreciação decorreu do ritmo de aquisições de itens passíveis de patrimonialização no último trimestre de 2025, após a etapa de planejamento orçamentário, o que ampliou a base de ativos depreciáveis da Entidade e elevou o encargo mensal; nesse contexto, no detalhamento das principais variações em valor financeiro, destaca-se a depreciação, com valor orçado de R\$ 22.833 e realizado de R\$ 27.962, resultando em variação positiva de R\$ 5.129.

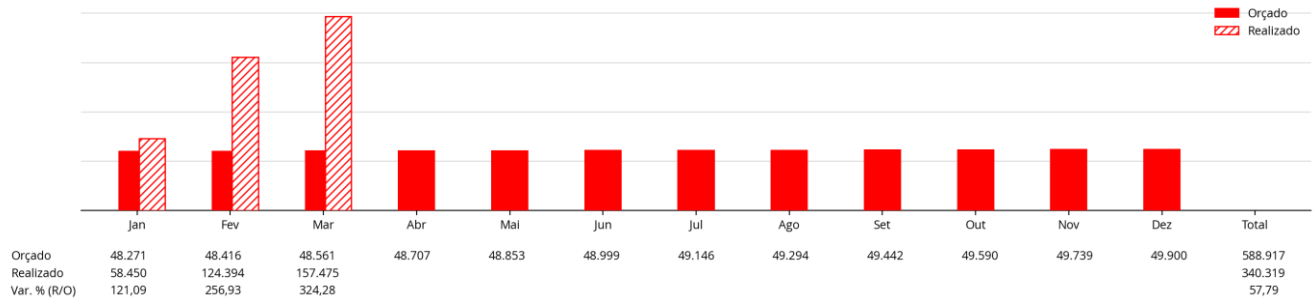
4.2.11. Correção Empréstimo Patrocinador

A rubrica Correção Empréstimo Patrocinador registra a atualização monetária incidente sobre o saldo do empréstimo inicial concedido pelos patrocinadores à Funpresp-Jud por ocasião de sua criação. Sua apuração observa os critérios de correção e de remuneração do saldo devedor, com base no IPCA, refletindo, no período de competência, a variação correspondente.

No mês de referência, a correção do empréstimo apresentou realização **224,28%** superior ao valor orçado, em decorrência da aplicação do IPCA/IBGE de **0,88%** sobre o saldo do empréstimo, percentual acima da taxa mensal prevista no orçamento.

No período, não foi possível informar o saldo no início do mês, saldo ao final, nem o acréscimo absoluto no mês devido à indisponibilidade dos dados. Em relação ao saldo de **1º/jan**, também não há informações para análise da variação acumulada até o mês de referência. Para o encerramento de **2026**, não foi possível projetar o saldo em **31/dez**, a correção acumulada estimada nem o desvio percentual em relação ao valor orçado até **dezembro**.

Gráfico 20: Correção Empréstimo Patrocinador



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.3. Projeção da Evolução do Ativo do PGA em 2026

A análise do patrimônio do Plano de Gestão Administrativa em **2026**, contemplando a evolução das despesas relacionadas ao empréstimo e a composição patrimonial, evidencia a atenção da Entidade à manutenção de uma gestão financeira estratégica e eficaz ao longo do exercício.

O saldo atual do patrimônio do PGA no mês de referência é de **R\$ 62.061.917,72**, apresentando um crescimento de **2,60%** em relação ao saldo inicial de **R\$ 60.486.679,73** registrado em **1º/jan**. No mês, houve geração interna de recursos, com resultado positivo de **R\$ 765.547,15**, o que contribuiu para o crescimento do patrimônio no período.

O patrimônio é composto pelo capital investido de **R\$ 49.581.990,39**, cuja composição advém, majoritariamente, do saldo do Empréstimo dos Patrocinadores, que é de **R\$ 18.052.397,23**, e do saldo do Fundo Administrativo, que totaliza **R\$ 28.993.624,15**. Além disso, incluem-se os depósitos judiciais relativos a PIS e Cofins, no valor de **R\$ 10.912.017,14**, e o ativo imobilizado e intangível, além de outros itens do ativo, que totalizam **R\$ 1.567.910,19**. A projeção do patrimônio para **31/dez** é de **R\$ 63.749.698,68**, representando um crescimento acumulado de **5,39%** em relação ao saldo inicial.

Tabela 3: Projeção da Evolução do Patrimônio do Plano de Gestão Administrativa - PGA

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Patrimônio Inicial PGA	60.486.680	60.743.090	61.296.371	62.061.918	61.959.681	61.188.416	60.644.074	60.378.476	60.565.493	60.502.607	62.203.701	63.109.192
Receitas Administrativas	3.436.746	3.685.950	3.994.437	3.382.059	3.277.613	3.272.262	3.554.690	3.428.976	3.502.229	5.821.189	4.378.281	5.630.236
<i>Taxa de Carregamento</i>	2.515.004	2.568.523	2.638.848	2.582.338	2.471.749	2.458.476	2.708.788	2.575.110	2.631.136	3.006.879	3.424.706	4.592.755
<i>Receitas Diretas</i>	181.461	178.865	186.857	206.978	219.270	231.562	243.853	256.145	268.437	2.343.860	293.021	305.313
<i>Resultado Líquido dos investimentos</i>	562.440	547.685	647.762	596.576	598.131	594.654	602.757	608.423	611.821	615.111	629.659	635.869
<i>Outros Itens do Ativo</i>	177.841	390.877	520.970									
Despesas Administrativas	3.180.335	3.132.670	3.228.890	3.484.295	4.048.878	3.816.604	3.820.288	3.241.959	3.565.114	4.120.095	3.472.790	4.989.729
<i>Pessoal e Encargos</i>	2.153.295	2.234.977	2.195.882	2.180.569	2.162.929	2.250.934	2.083.176	2.192.390	2.226.309	2.241.798	2.242.144	2.256.620
<i>Treinamentos</i>	4.128	5.728	5.728	23.741	38.237	21.324	19.569	22.800	30.037	13.357	20.904	3.650
<i>Viagens e Estádias</i>	0	12.559	55.962	56.732	35.040	69.164	27.673	43.802	66.344	122.762	17.952	36.913
<i>Serviços de Terceiros</i>	419.483	439.602	440.613	434.592	414.339	525.139	808.887	417.342	497.342	478.842	451.958	1.754.058
<i>Despesas Gerais</i>	165.479	134.227	183.752	552.232	872.849	718.672	635.697	326.319	302.059	907.224	453.919	591.374
<i>Tributos</i>	351.539	153.221	161.516	164.890	453.798	159.537	173.307	167.177	370.749	283.808	213.460	274.498
<i>Depreciação e Amortização</i>	27.962	27.962	27.962	22.833	22.833	22.833	22.833	22.833	22.833	22.714	22.714	22.714
<i>Correção Empréstimo Patrocinador</i>	58.450	124.394	157.475	48.707	48.853	48.999	49.146	49.294	49.442	49.590	49.739	49.900
Resultado Administrativo	256.410	553.280	765.547	(102.236)	(771.265)	(544.342)	(265.598)	187.017	(62.886)	1.701.094	905.491	640.507
Patrimônio Final PGA	60.743.090	61.296.371	62.061.918	61.959.681	61.188.416	60.644.074	60.378.476	60.565.493	60.502.607	62.203.701	63.109.192	63.749.699

Fonte: Módulo financeiro da TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.4. Projeção da Evolução do Fundo Administrativo em 2026

O Fundo Administrativo dos planos de benefícios de caráter previdenciário corresponde ao fundo constituído pela diferença apurada entre as fontes de custeio administrativo e as despesas da gestão administrativa, destinando-se à cobertura dos gastos incorridos pela Entidade na administração de seus planos. Sua constituição e sua utilização observam o regulamento do PGA.

A projeção da evolução do Fundo Administrativo em **2026** tem por objetivo estimar, ao longo do exercício, o comportamento desse saldo, considerando as expectativas de arrecadação das fontes de custeio administrativo e a tendência de execução das despesas administrativas. Tal acompanhamento permite avaliar a suficiência do fundo para suportar os dispêndios planejados, orientar medidas de ajuste quando necessárias e reforçar a sustentabilidade da gestão administrativa, preservando o equilíbrio entre receitas e despesas e a adequada segregação da participação dos planos.

O saldo do Fundo Administrativo no mês de referência (**março**) é de **R\$ 28.993.624,15**, partindo de um saldo inicial em **1º/jan** de **R\$ 28.508.073,57**, o que representa uma variação positiva de aproximadamente **1,72%**. O resultado administrativo do mês foi positivo em **R\$ 244.576,96**, indicando geração interna de recursos e, conseqüentemente, crescimento do Fundo neste período.

Quanto à utilização do Fundo, está projetada a sua utilização nos meses posteriores ao mês de referência que apresentam resultado negativo. Se prevê a utilização do Fundo em **abril**, com um valor negativo de **R\$ 102.236,35**. Se prevê a utilização do Fundo em **maio**, com um valor negativo de **R\$ 771.265,43**. Se prevê a utilização do Fundo em **junho**, com um valor negativo de **R\$ 544.341,68**. Se prevê a utilização do Fundo em **julho**, com um valor negativo de **R\$ 265.598,05**. Se prevê a utilização do Fundo em **setembro**, com um valor negativo de **R\$ 62.885,60**. Dessa forma, caso realizados os valores projetados, o Fundo será acionado para cobrir déficits nesses períodos, garantindo a estabilidade financeira diante desses resultados negativos.

O saldo estimado do Fundo em **31/dez** é de **R\$ 30.681.405,11**, o que representa um crescimento acumulado de **7,62%** em relação ao saldo inicial de **1º/jan**. Apesar das utilizações pontuais previstas, a trajetória evidencia crescimento consistente e manutenção da capacidade de cobertura ao longo do exercício, assegurando a saúde financeira do Fundo Administrativo durante o ano.

Tabela 4: Projeção da Evolução do Fundo Administrativo

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Receitas Administrativas	3.258.905	3.295.073	3.473.467	3.382.059	3.277.613	3.272.262	3.554.690	3.428.976	3.502.229	5.821.189	4.378.281	5.630.236
<i>Taxa de Carregamento</i>	2.515.004	2.568.523	2.638.848	2.582.338	2.471.749	2.458.476	2.708.788	2.575.110	2.631.136	3.006.879	3.424.706	4.592.755
<i>Receitas Diretas</i>	181.461	178.865	186.857	206.978	219.270	231.562	243.853	256.145	268.437	2.343.860	293.021	305.313
<i>Resultado Líquido dos investimentos</i>	562.440	547.685	647.762	596.576	598.131	594.654	602.757	608.423	611.821	615.111	629.659	635.869
Despesas Administrativas	3.180.335	3.132.670	3.228.890	3.484.295	4.048.878	3.816.604	3.820.288	3.241.959	3.565.114	4.120.095	3.472.790	4.989.729
<i>Pessoal e Encargos</i>	2.153.295	2.234.977	2.195.882	2.180.569	2.162.929	2.250.934	2.083.176	2.192.390	2.226.309	2.241.798	2.242.144	2.256.620
<i>Treinamentos</i>	4.128	5.728	5.728	23.741	38.237	21.324	19.569	22.800	30.037	13.357	20.904	3.650
<i>Viagens e Estadias</i>	0	12.559	55.962	56.732	35.040	69.164	27.673	43.802	66.344	122.762	17.952	36.913
<i>Serviços de Terceiros</i>	419.483	439.602	440.613	434.592	414.339	525.139	808.887	417.342	497.342	478.842	451.958	1.754.058
<i>Despesas Gerais</i>	165.479	134.227	183.752	552.232	872.849	718.672	635.697	326.319	302.059	907.224	453.919	591.374
<i>Tributos</i>	351.539	153.221	161.516	164.890	453.798	159.537	173.307	167.177	370.749	283.808	213.460	274.498
<i>Depreciação e Amortização</i>	27.962	27.962	27.962	22.833	22.833	22.833	22.833	22.833	22.833	22.714	22.714	22.714
<i>Correção Empréstimo Patrocinador</i>	58.450	124.394	157.475	48.707	48.853	48.999	49.146	49.294	49.442	49.590	49.739	49.900
Resultado Administrativo	78.570	162.404	244.577	(102.236)	(771.265)	(544.342)	(265.598)	187.017	(62.886)	1.701.094	905.491	640.507
Fundo Administrativo	28.586.644	28.749.047	28.993.624	28.891.388	28.120.122	27.575.781	27.310.183	27.497.199	27.434.314	29.135.407	30.040.898	30.681.405

Fonte: Módulo financeiro da TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

5. Indicadores de Gestão

A apuração e o acompanhamento dos Indicadores de Gestão têm como finalidade permitir a análise da composição das receitas e despesas administrativas da Funpresp-Jud, bem como monitorar a evolução do Fundo Administrativo. Esses indicadores são utilizados para apoiar o controle da execução orçamentária, avaliar a sustentabilidade do Plano de Gestão Administrativa e atender às exigências regulatórias aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

Com a entrada em vigor da Resolução CNPC nº 62, de 9/12/2024, a Funpresp-Jud revisou e atualizou sua estrutura de indicadores, com o objetivo de alinhar as metodologias adotadas internamente às diretrizes estabelecidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Esse alinhamento também considera os critérios utilizados no Relatório de Despesas Administrativas das EFPC, publicado anualmente pelo órgão regulador.

No exercício de 2026, a Fundação passou a acompanhar um total de onze indicadores de gestão. As definições, metodologias de cálculo e finalidades de cada indicador constam no Quadro 3 deste relatório:

Quadro 3: Indicadores de Gestão - Composição

Indicador	Definição	Finalidade	Metodologia
IG_{RPC} Receita Administrativa <i>Per Capita</i> Ref.: Reais (CNPC 62/2024, art. 14, II, 1.a)	Relação entre a receita total da gestão administrativa acumulada em 12 meses e o número total de participantes	Demonstrar o valor médio da receita administrativa por participante, permitindo avaliar a adequação da arrecadação ao custeio do PGA	(Conta 4.01) / (Total de participantes ativos, assistidos e pensionistas)
IG_{RCP (novo)} Receita Administrativa sobre Contribuições Previdenciárias Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, II, 1.b)	Relação entre a receita administrativa mensal e o total das contribuições previdenciárias no mesmo período	Avaliar a proporção da taxa de carregamento em relação às receitas previdenciárias, conforme os limites do art. 20, II da Resolução CNPC nº 62/2024	(Conta 4.01) / (Conta 3.01)
IG_{DPC} Despesa Administrativa <i>Per Capita</i> Ref.: Reais (CNPC 62/2024, art. 14, III, 1.a)	Relação entre o total das despesas administrativas acumuladas em 12 meses e o número total de participantes	Apresentar os gastos administrativos por participante, possibilitando comparações entre EFPCs conforme suas características estruturais e operacionais	(Conta 4.02) / (Total de participantes ativos, assistidos e pensionistas)
IG_{DRG} Despesa Administrativa sobre Recursos Garantidores Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, III, 1.b)	Relação entre as despesas administrativas em 12 meses e o saldo dos recursos garantidores	Demonstrar quanto das despesas administrativas representam em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios	(Conta 4.02) / (Conta 1.01 + Conta 1.02.03 - Conta 2.01.03)
IG_{DAT} Despesa Administrativa sobre Ativo Total Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, III, 1.c)	Relação entre as despesas administrativas e o ativo total da entidade no período de 12 meses	Avaliar os custos administrativos em relação ao volume total de ativos sob gestão	(Conta 4.02) / (Conta 1 - Saldo)
IG_{FAD} Fundo Administrativo sobre Despesa Administrativa Ref.: Tempo em Meses (CNPC 62/2024, art. 14, III, 1.d)	Relação entre o saldo do Fundo Administrativo e o total das despesas administrativas mensais	Indicar o tempo, em meses, que o saldo do fundo seria capaz de cobrir as despesas administrativas, caso utilizado como fonte exclusiva de custeio	(Conta 2.03.02.02) / (Conta 4.02)
IG_{DR} Despesa Administrativa sobre Receita Administrativa Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, III, 1.e)	Relação entre o total das despesas administrativas e o total das receitas administrativas acumuladas em 12 meses	Avaliar o equilíbrio entre as receitas e despesas administrativas. Um valor superior a 1 indica necessidade de complementação por outras fontes de custeio	(Conta 4.02) / (Conta 4.01)
IG_{DORC} Despesa Administrativa Realizada sobre Despesa Administrativa	Relação entre as despesas administrativas efetivamente executadas e o orçamento	Avaliar o grau de aderência entre a execução orçamentária e o planejamento anual	(Conta 4.02) / (Despesa administrativa orçada)

Orçada Ref.: Percentual (CNPc 62/2024, art. 14, III, 1.f)	aprovado para o exercício, considerando a base acumulada		
IGPER Despesas com Pessoal sobre Receita Administrativa Ref.: Percentual (CNPc 62/2024, art. 14, IV, 1.a)	Relação entre os custos com folha de pagamento e encargos e o total das receitas administrativas em 12 meses	Mensurar a participação dos custos com pessoal sobre a receita administrativa da EFPC	(Conta 4.02.01.01) / (Conta 4.01)
IGPED Despesas com Pessoal sobre Despesa Administrativa Ref.: Percentual (CNPc 62/2024, art. 14, IV, 1.b)	Relação entre os custos com folha de pagamento e encargos e o total das despesas administrativas em 12 meses	Mensurar a proporção das despesas com pessoal em relação ao total das despesas administrativas	(Conta 4.02.01.01) / (Conta 4.02)
IGFA Evolução do Fundo Administrativo Ref.: Índice de Variação (CNPc 62/2024, art. 14, V)	Relação entre o saldo final e o saldo inicial do Fundo Administrativo, considerando a variação acumulada no período	Acompanhar a evolução do fundo administrativo ao longo do tempo. Valores acima de 1 indicam crescimento; abaixo de 1, redução.	(Conta 2.03.02.02 – Saldo Atual) / (Conta 2.03.02.02 – Saldo Anterior)

Fonte: Gerência de Contabilidade (Gcont).

Elaboração: Diretoria de Administração (Dirad); Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Dado o histórico de financiamento da Funpresp-Jud, que foi estruturada a partir de empréstimos iniciais concedidos pelos patrocinadores, parte das despesas administrativas inclui a correção financeira sobre o saldo desse empréstimo. Essa característica contábil não se aplica à maioria das entidades fechadas de previdência complementar e, por isso, pode distorcer a comparação direta dos indicadores.

Para mitigar esse efeito, a Fundação adota, para indicadores de despesa, duas versões de meta: uma meta orçamentária ordinária, que considera integralmente todas as despesas, inclusive as financeiras, conforme os critérios da Previc; e uma meta ajustada, que desconsidera a despesa com a correção do empréstimo inicial, permitindo comparações mais equitativas com outras entidades do setor. As metas estabelecidas para o exercício de **2026**, assim como os resultados apurados em **março** do mesmo ano, estão apresentados no Quadro 4:

Quadro 4: Indicadores de Gestão – Março/2026

Indicadores de Gestão	Leitura	Meta Orçamento 2026 (Dez)	Meta Ajustada Orçamento 2026 (Dez)	Projeção Março/2026
Eficiência de Custo				
IG _{DR} Despesa Administrativa sobre Receita Administrativa	Menor é melhor	94,54	90,00	95,30
IG _{DORC} Despesa Administrativa Realizada sobre Despesa Administrativa Orçada	Menor é melhor	95,00	95,00	100,40
IG _{PER} Despesas com Pessoal sobre Receita Administrativa	Menor é melhor	56,45	-	57,10
IG _{PED} Despesas com Pessoal sobre Despesa Administrativa	Menor é melhor	59,37	63,07	59,91
Per Capita				
IG _{RPC} Receita Administrativa <i>Per Capita</i>	Maior é melhor	1.211,51	-	1.177,39
IG _{DPC} Despesa Administrativa <i>Per Capita</i>	Menor é melhor	1.151,94	1.084,39	1.122,09
Sustentabilidade				
IG _{RCP} Receita Administrativa sobre Contribuições Previdenciais	Maior é melhor	2,44	-	4,32
IG _{DRG} Despesa Administrativa sobre Recursos Garantidores	Menor é melhor	0,86	0,81	-
IG _{DAT} Despesa Administrativa sobre Ativo Total	Menor é melhor	0,58	0,55	-
Fundo Administrativo				

IG _{FAD} Fundo Administrativo sobre Despesa Administrativa	Maior é melhor	3,59	7,40	8,35
IG _{FA} Evolução do Fundo Administrativo	Maior é melhor	1,08	1,07	1,07

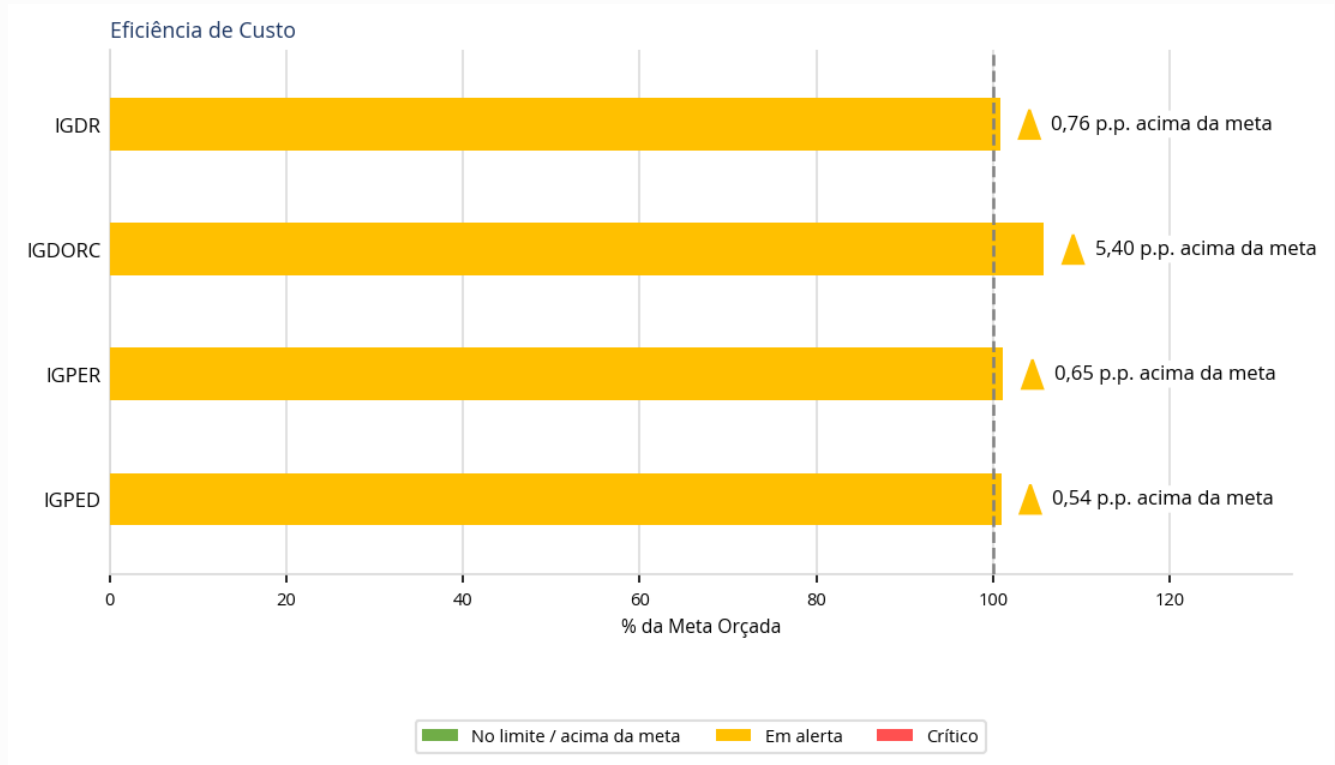
Fonte: Caderno Orçamentário de 2026.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Os gráficos apresentados na sequência permitem visualizar, de forma direta, em que medida cada indicador se aproxima, supera ou fica aquém da sua respectiva meta. Para facilitar a comparação entre indicadores de naturezas distintas, o eixo horizontal não exibe o valor bruto de cada um, mas sim o percentual de atingimento da meta, uma régua comum que coloca todos os indicadores em uma mesma escala. Sob essa lógica, a meta orçada equivale sempre a 100,00%, e é representada pela linha pontilhada vertical que atravessa o gráfico. Cada barra mostra o quanto o valor projetado para dezembro de **2026** se aproxima dessa referência: barras menores que 100,00% indicam que o indicador está aquém do valor da meta; barras maiores que 100,00% indicam que o ultrapassou.

Para interpretar corretamente cada barra, é preciso observar a natureza do indicador, informação registrada na coluna Leitura do Quadro 4 acima. Há indicadores em que “maior é melhor”, geralmente associados a receitas, cobertura e evolução patrimonial, para os quais o desejável é que a barra alcance ou ultrapasse a linha de 100,00%. E há indicadores em que “menor é melhor”, associados, em regra, ao peso das despesas administrativas, para os quais o ideal é que a barra permaneça aquém da linha de 100,00%, sinalizando que o gasto se manteve dentro do limite previsto. Em ambos os casos, a expressão “desvio favorável” indica que o resultado se moveu na direção desejada pela gestão; “desvio desfavorável”, o contrário.

O sistema de cores complementa essa leitura, oferecendo um diagnóstico imediato. As barras em verde indicam que o indicador está dentro do limite ou em posição favorável em relação à meta. As barras em amarelo sinalizam alerta, com desvio desfavorável de pequena magnitude, sugerindo acompanhamento. Em caso de barras na cor vermelha, estas apontam desvio crítico, indicando situações que demandam atenção da gestão e, eventualmente, medidas corretivas. Os percentuais que aparecem ao final de cada barra correspondem, portanto, ao grau de atingimento da meta, e podem ser cruzados com os valores absolutos de cada indicador apresentados no Quadro 4.

Gráfico 21: Indicadores de Gestão – Eficiência de Custo


Fonte: Balançetes PGA e PB / Gerência de Contabilidade (Gcont).
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

A projeção elaborada em **março de 2026** para o encerramento do exercício indica que o IG_{DR} - Despesa Administrativa sobre Receita Administrativa poderá alcançar **95,30%**, situando-se **0,76** pontos percentuais acima da meta orçada de **94,54%**, configurando desvio desfavorável e sinalizando **maior** proporção de despesas administrativas em relação às receitas do que o planejado. Esse resultado está também **5,30** pontos percentuais acima da meta ajustada de **90,00%**, reforçando o alerta quanto à eficiência no controle dos custos administrativos.

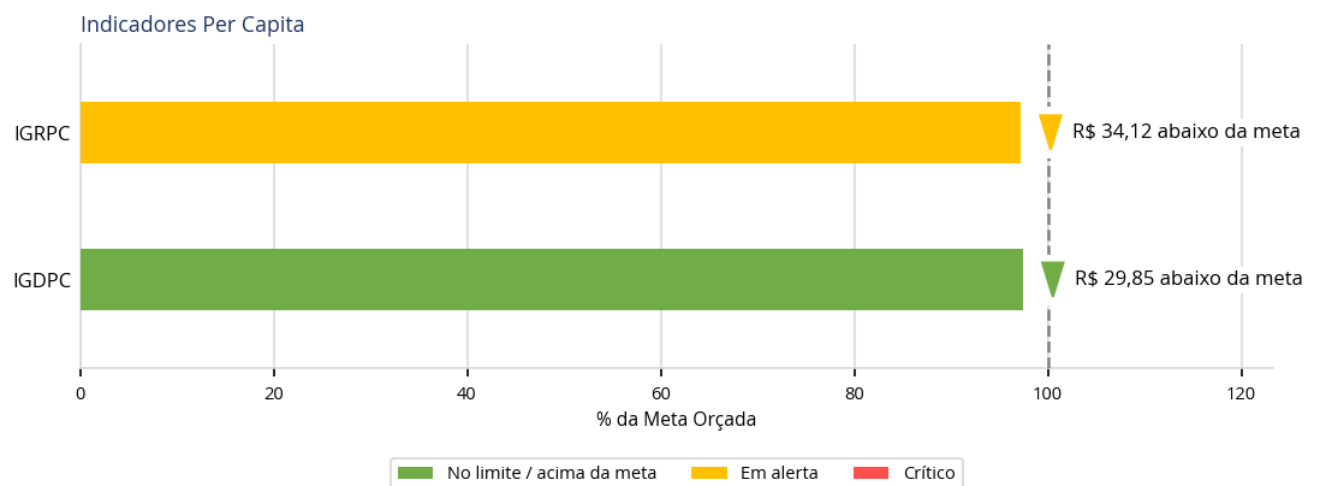
Quanto ao IG_{DORC} - Despesa Administrativa Realizada sobre Despesa Administrativa Orçada, a projeção para **dezembro de 2026** aponta para **100,40%**, ficando **5,40** pontos percentuais acima da meta orçada de **95,00%**. Esse desvio desfavorável evidencia uma execução orçamentária superior ao previsto, indicando possível necessidade de revisão dos controles e ajustes para evitar extrapolação dos gastos administrativos.

No que se refere ao IG_{PER} - Despesas com Pessoal sobre Receita Administrativa, a estimativa para o final do exercício é de **57,10%**, situando-se **0,65** pontos percentuais acima da meta orçada de **56,45%**. Esse desvio desfavorável sugere que o peso das despesas com pessoal sobre a receita administrativa está **maior** do que o planejado, o que pode comprometer a eficiência financeira da Funpresp-Jud.

Por fim, o IG_{PED} - Despesas com Pessoal sobre Despesa Administrativa projeta **59,91%**, posicionando-se **0,54** pontos percentuais acima da meta orçada de **59,37%**, caracterizando desvio desfavorável. Entretanto, esse valor está **3,16** pontos percentuais abaixo da meta ajustada de **63,07%**, o que indica uma situação relativamente mais favorável em relação ao parâmetro ajustado.

Em síntese, os indicadores de eficiência de custo da Funpresp-Jud para **2026** apontam para uma tendência de custos administrativos e despesas com pessoal superiores ao planejado, com destaque para a execução orçamentária que ultrapassa a meta em mais de 5 pontos percentuais. Essa conjuntura exige atenção e medidas corretivas para aprimorar a gestão dos recursos e garantir **maior** eficiência no uso das receitas administrativas.

Gráfico 22: Indicadores de Gestão – Per Capita



Fonte: Balançetes PGA e PB / Gerência de Contabilidade (Gcont).

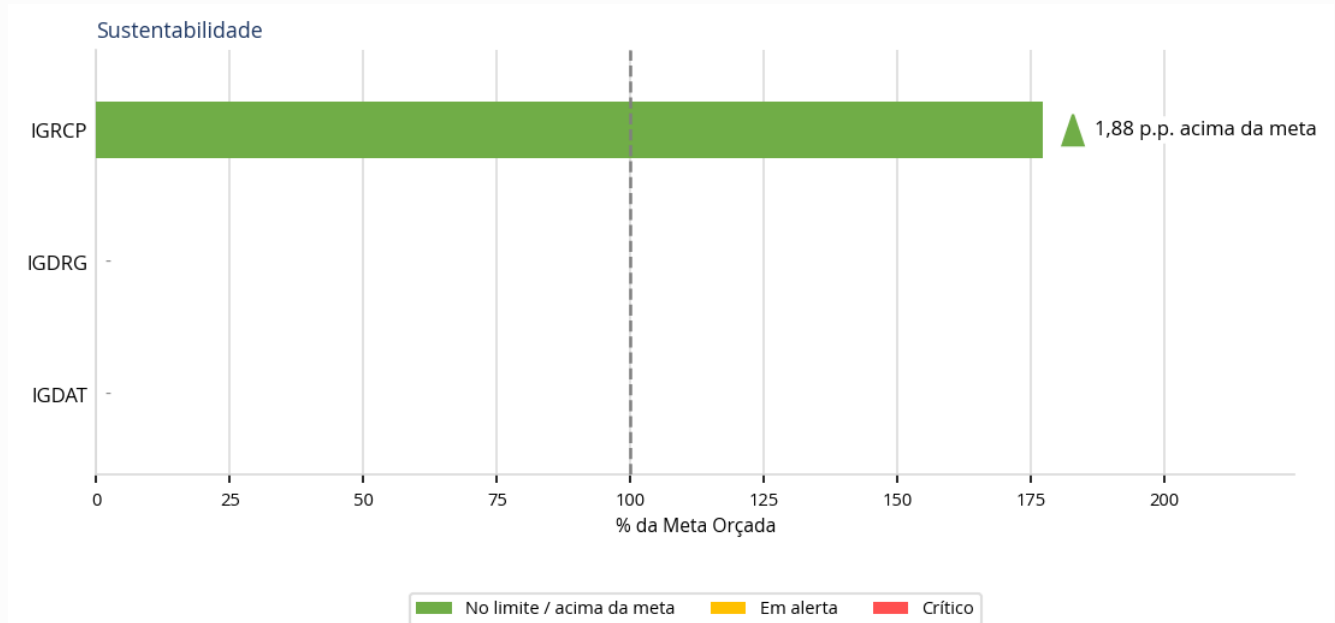
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

A projeção elaborada em **março de 2026** para o encerramento do exercício indica que o IG_{RPC} - Receita Administrativa *per capita* poderá alcançar **R\$ 1.177,39** em **dezembro**, situando-se **34,12** reais abaixo da meta orçada de **R\$ 1.211,51**, configurando desvio desfavorável. Esse resultado aponta para uma receita administrativa por participante inferior ao esperado, o que pode impactar a capacidade de custeio das operações.

Quanto ao IG_{DPC} - Despesa Administrativa *per capita*, a projeção para **dezembro de 2026** é de **R\$ 1.122,09**, situando-se **29,85** reais abaixo da meta orçada de **R\$ 1.151,94**, caracterizando desvio favorável. Entretanto, ao comparar com a meta ajustada de **R\$ 1.084,39**, o indicador apresenta valor **37,70** reais acima, indicando desvio desfavorável em relação a esse parâmetro mais restritivo.

A análise conjunta dos indicadores IG_{RPC} - Receita Administrativa *per capita* e IG_{DPC} - Despesa Administrativa *per capita* revela uma tendência de receita administrativa por participante inferior à meta, enquanto a despesa administrativa apresenta comportamento misto, ficando abaixo da meta orçada, mas acima da meta ajustada. Essa dinâmica sugere atenção à sustentabilidade da gestão, pois a receita projetada pode não ser suficiente para cobrir as despesas administrativas esperadas, especialmente considerando o parâmetro ajustado mais conservador.

Gráfico 23: Indicadores de Gestão – Sustentabilidade



Fonte: Balancetes PGA e PB / Gerência de Contabilidade (Gcont).
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

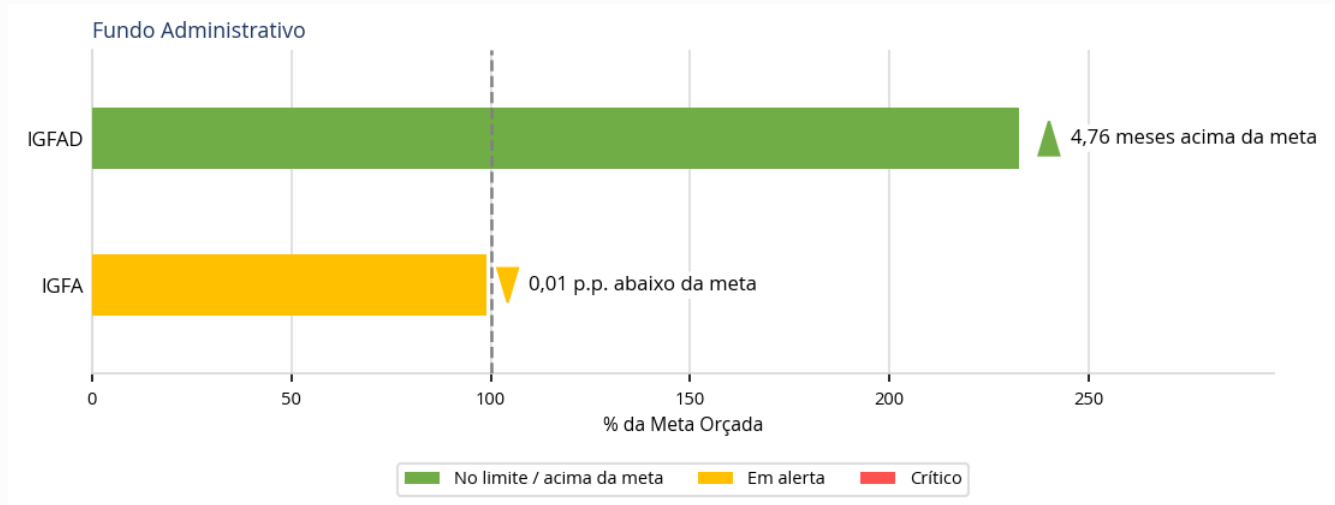
Na análise dos indicadores de Sustentabilidade da Funpresp-Jud para o ano de **2026**, com base nos dados acumulados até **março**, destacam-se as seguintes projeções para **dezembro de 2026**:

O IG_{RCP} - Receita Administrativa sobre Contribuições Previdenciais projetou **4,32%**, situando-se **1,88** pontos percentuais acima da meta orçada de **2,44%**. Essa projeção indica que o conjunto de fontes de receita do PGA, incluindo Taxa de Carregamento, Receitas Diretas e Resultado Líquido dos Investimentos, tende a superar a previsão inicial. Tal desempenho reflete **maior** eficiência do PGA nas ações de arrecadação, na geração de receitas com novos produtos e no desempenho dos investimentos, sinalizando uma perspectiva positiva para a sustentabilidade financeira do plano.

Quanto ao IG_{DRG} - Despesa Administrativa sobre Recursos Garantidores e ao IG_{DAT} - Despesa Administrativa sobre Ativo Total, não há valores realizados disponíveis para projeção, estando ambos sem meta ajustada para o período. Dessa forma, não é possível realizar uma análise comparativa entre o realizado e a meta orçada para esses indicadores neste momento.

Em síntese, a projeção do IG_{RCP} - Receita Administrativa sobre Contribuições Previdenciais aponta para um cenário favorável, com receitas administrativas superiores ao esperado, o que contribui positivamente para a sustentabilidade do PGA. Entretanto, a ausência de dados para o IG_{DRG} - Despesa Administrativa sobre Recursos Garantidores e para o IG_{DAT} - Despesa Administrativa sobre Ativo Total limita a avaliação completa do risco de sustentabilidade, recomendando atenção futura para o acompanhamento desses indicadores.

Gráfico 24: Indicadores de Gestão – Fundo Administrativo



Fonte: Balancetes PGA e PB / Gerência de Contabilidade (Gcont).

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

A projeção elaborada em **março de 2026** para o encerramento do exercício indica que o IG_{FAD} - Fundo Administrativo sobre Despesa Administrativa poderá alcançar **8,35** meses em **dezembro**, situando-se **4,76** meses acima da meta orçada de **3,59** meses e **0,95** meses acima da meta ajustada de **7,40** meses. Esse resultado sinaliza uma reserva patrimonial mais robusta do que a prevista inicialmente, o que pode indicar **maior** capacidade de cobertura das despesas administrativas caso o fundo seja acionado.

Quanto ao IG_{FA} - Evolução do Fundo Administrativo, a projeção para **dezembro de 2026** aponta um índice de **1,07**, situando-se **0,01** abaixo da meta orçada de **1,08** e igual à meta ajustada de **1,07**. Esse desempenho sinaliza uma trajetória de evolução do saldo do fundo praticamente alinhada ao planejado, com leve desvio em relação à meta orçada, mas sem impacto relevante na acumulação patrimonial esperada para o exercício.